

V CONGRESSO NACIONAL DE ARQUIVOLOGIA

**ARQUIVOLOGIA E INTERNET:
CONEXÕES PARA O FUTURO**

01 a 05 de Outubro 2012 | Salvador-BA
Pestana Bahia Hotel

TRABALHOS COMPLETOS

www.enara.org.br/cna2012
Salvador. A Capital Nacional da Arquivologia em 2012

SUMÁRIO

QUANDO O ACESSÁVEL PODE NÃO SER ACESSÍVEL: UM ESTUDO SOBRE O SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DA PARAÍBA (SAPL) À LUZ DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, **JOSÉ CANUTO DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Henrique Elias Cabral França)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO AO LONGO DA HISTÓRIA E SUA CONSOLIDAÇÃO LEGAL NO BRASIL: PROPOSTAS DE REFLEXÃO PARA O PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **HENRIQUE ELIAS CABRAL FRANÇA (e co-autoria de José Canuto Da Silva Júnior)**

INVESTIGAÇÃO DO USO DO ARQUIVO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO NORTE: UMA VISÃO ATRAVÉS DOS FUNCIONÁRIOS DAS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO, **WENDEL GIBBON DE OLIVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti; Angélica C. D. Miranda)**

PRINCÍPIOS CIENTÍFICOS DA CLASSIFICAÇÃO E CONTRIBUIÇÕES AO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO DE ATIVIDADES-FIM DAS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR – IFES, **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Andressa Furtado da Silva de Aguiar; Gleice da Silva Branco)**

CURSO DE QUÍMICA INDUSTRIAL/UFRGS TRANSCRIÇÃO E ANÁLISE PALEOGRÁFICA DOS HISTÓRICOS ESCOLARES, **BRUNA ARGENTA MODEL (e co-autoria de Ana Regina Berwanger)**

A INOVAÇÃO E A ARQUIVOLOGIA: CONCEITO E CIÊNCIA PARA A SOCIEDADE, **ELIANDRO DOS SANTOS COSTA (e co-autoria de Maria Inês Tomael, Mayara Talita dos Santos)**

DISCUTINDO A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO ARQUIVÍSTICO DIGITAL, **LAERTE PEREIRA DA SILVA JÚNIOR (e co-autoria de Thais Helen do Nascimento Santos)**

LABORATÓRIO DE PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS INTEGRADAS: O ESTÁGIO OBRIGATÓRIO DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA (e co-autoria de Maria Meriane Vieira Rocha)**

LEVANTAMENTO DA TIPOLOGIA DOCUMENTAL DE UMA COORDENAÇÃO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS DE UMA INSTITUIÇÃO FEDERAL DE ENSINO SUPERIOR: ASPECTOS PRELIMINARES PARA UMA GESTÃO ARQUIVÍSTICA, **CLODEMIR DA COSTA NASCIMENTO (e co-autoria de Rosa Zuleide Lima de Brito, Julianne Teixeira e Silva)**

A IMPORTÂNCIA DO ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO PARA A FORMAÇÃO DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA, **MARIA MERIANE VIEIRA DA ROCHA (e co-autoria de Julianne Teixeira e Silva)**

O FLUXO DOCUMENTAL DA JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB): UM RELATO DE EXPERIÊNCIA, **MARCIO BEZERRA DA SILVA (e co-autoria de Wendia Oliveira de Andrade, Rosa Zuleide de Brito)**

FOTOGRAFIAS DO CHCP: POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS PARA A PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DA MEMÓRIA, **MARIA CANDIDA DA SILVEIRA SKREBSKY (e co-autoria de Carlos Blaya Perez)**

ACESSO E USO DA INFORMAÇÃO EM ARQUIVOS SOB A PERSPECTIVA DOS SERVIÇOS DE DIFUSÃO CULTURAL E AÇÕES EDUCATIVAS, **THAIS HELEN DO NASCIMENTO SANTOS (e co-autoria de José Washington de Moraes Medeiros)**

SISTEMA DE GESTÃO INTEGRADO: DESVENDANDO O PROTOCOLO DO IMEQ/PB – INMETRO, **ESMERALDA PORFIRIO DE SALES (e co-autoria de Christian Palmer Ferreira da Silva, João Paulo do Nascimento Soares)**

A COORDENAÇÃO DE ARQUIVOS DA UFF: UM PROCESSO ARQUIVÍSTICO DE REVITALIZAÇÃO E MODERNIZAÇÃO., **ROSALE DE MATTOS SOUZA (e co-autoria de Jorge Martins Fagundes, Beatriz Bahia, Igor Garcez, Pablo Souza Vaqueiro)**

FACULDADE DE DIREITO CLOVIS BEVILAQUA: A DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA ATRAVÉS DO ICA-ATOM, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Bruna Paim Reis, Daniel Flores)**

A POLÍTICA DE ARRANJO PARA A PRESERVAÇÃO DO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE – FURG, **ANDREA GONÇALVES DOS SANTOS (e co-autoria de Karin Christine Schwarzbald; Tatiane Vedoin Viero)**

A JUSTIÇA FEDERAL DA PARAÍBA (JFPB) E O USO DO SRI TEBAS, **WENDIA OLIVEIRA DE ANDRADE (e co-autor Marcio Bezerra da Silva)**

A TEORIA E A "PRÁXIS" DAS TRÊS IDADES DOCUMENTAIS NA REALIDADE DAS MASSAS DOCUMENTAIS ACUMULADAS NOS ARQUIVOS BRASILEIROS, **KLEANE PÂMELA PEREIRA DOS SANTOS (e co-autoria de Rodrigo Fortes)**

UM RECORTE DA REALIDADE DA PROFISSÃO DO ARQUIVISTA: A ATUAÇÃO DOS ARQUIVISTAS NAS ORGANIZAÇÕES CONTÁBEIS, **STELA LICHTENHELD CRAUS (e co-autoria de Maria Beraldi Passini de Castro)**

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS EM UNIVERSIDADES: UM ESTUDO DE TRÊS CASOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A DIFUSÃO E A "PÓS-DIFUSÃO" CULTURAL COMO ESTRATÉGIA DE DISSEMINAÇÃO DOS SERVIÇOS DE ARQUIVO., **SUELLEN BARBOSA GALDINO (e co-autoria de Rodrigo Fortes de Ávila)**

PERSPECTIVAS PARA ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PESQUISA: CONSTRUÇÃO DO CATÁLOGO PARA O ARQUIVO MUSICAL DA BANDA DE MÚSICA 5 DE AGOSTO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JOÃO PESSOA-PB, **EGBERTO DA SILVA LIMA (e co-autoria de Manuela E. Maia, Rodrigo Fortes de Ávila)**

LEI DE ACESSO: A EXPERIÊNCIA DA UFRGS, **RITA DE CÁSSIA PORTELA DA SILVA (e co-autoria de Flávia Helena Conrado)**

A INSERÇÃO SOCIAL DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA : O CASO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE LONDRINA (UEL), **LINETE BARTALO (e co-autoria de Ivone Guerreiro Di Chiara; Miguel Luiz Contani)**

O PROCESSO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA EM GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA NA UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO A PARTIR DA CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES, **MARCELA GONÇALVES TEIXEIRA (e co-autoria de Daniel Flores)**

CATÁLOGO SELETIVO DO 1º SEMINÁRIO DE ENSINO EM ARQUIVOLOGIA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE (e co-autoria de Fabiane Pereira da Silveira, Valéria Raquel Bertotti)**

PALEOGRAFIA NA CONTEMPORANEIDADE E O ENSINO PALEOGRÁFICO FRENTE ÀS NOVAS TECNOLOGIAS, **ENEIDA IZABEL SHIRMER RICHTER (e co-autoria de Rafael Chaves Ferreira)**

POLÍTICAS DE ACCESO A LA INFORMACIÓN Y SU RELACIÓN CON EL CONCEPTO DE CIUDAD-REGIÓN, **MARIA JANNETH ALVAREZ ALVAREZ**

GESTÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DA ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL DA FURG, **ROSANE APARECIDA DE ANDRADE** (e co-autoria de **Luciana Penna dos Santos, Luciana Souza de Brito**)

INFORMAÇÃO E MEMÓRIA: REFLEXÃO DOS CONCEITOS SOB A ÓTICA DA CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA** (e co-autoria de **Thiago Gomes Medeiros**)

ARQUIVOLOGIA E HISTÓRIA: UM DIÁLOGO ESSENCIAL NA FORMAÇÃO ACADÊMICA, **RAFAEL CHAVES FERREIRA** (e co-autoria de **Glauca Vieira Ramos Konrad**)

O ARQUIVISTA E SUA REPRESENTAÇÃO NAS MÍDIAS: A (DES)CONSTRUÇÃO DO PROFISSIONAL, **ALESSANDRO FERREIRA COSTA** (e co-autoria de **Eliane Bezerra Lima**)

CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS DE ARQUIVO: PERSPECTIVAS METODOLÓGICAS E SEUS NOVOS DESAFIOS, **MARIA RAQUEL LISBOA COSTA MARQUES**

A GESTÃO DOCUMENTAL NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAZONAS – UFAM, **ROSINILDA DAMASCENO DOS SANTOS FILHA** (e co-autoria de **Augusto Britto**)

A INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUBSTRATO CULTURAL NA CONSOLIDAÇÃO DA MEMÓRIA COLETIVA., **DANIELLE ALVES DE OLIVEIRA**

A MEMÓRIA E A ARQUIVÍSTICA: RELATO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS NO DIRETÓRIO CENTRAL DOS ESTUDANTES DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA – RS, **GEISI GRAZIANE GOULARTE ANTONELLO** (e co-autoria de **Carla Saldanha da Silva, Rosani Beatriz Pivetta da Silva**)

DE GUARDIÃO DE DOCUMENTOS A GESTOR DA INFORMAÇÃO: O ARQUIVISTA EM BUSCA DE SUA IDENTIDADE PROFISSIONAL, **WAGNER RAMOS RIDOLPHI**

AS PRÁTICAS ARQUIVÍSTICAS NO CONTEXTO DO ARQUIVO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA (UFPB), **INGRID RIQUE DA ESCÓSSIA PEREIRA** (e co-autoria de **Janaina Lima dos Santos, Priscila Zelo Patrício de França, Rosa Zuleide Lima de Brito**)

APLICAÇÃO DA NORMA ISDF NA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO DA PREFEITURA MUNICIPAL DE RESTINGA SÊCA, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Daine Regina Segabinazzi Pradebon, Lisieli Rorato Dotto, Débora Flores**)

A REVISÃO CURRICULAR EM CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: UM ESTUDO NA UFSM, **SÔNIA ELISABETE CONSTANTE** (e co-autoria de **Emili Lemanski dos Santos, Lisieli Rorato Dotto, Fernanda Kieling Pedrazzi**)

SENSIBILIZAÇÃO DA NECESSIDADE DE PROFISSIONAL ARQUIVISTA PARA GERENCIAMENTO E RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO TELEVISIVA, **ANA ISABEL FERREIRA WANDERLEY** (e co-autoria de **Érica Ferreira Rodrigues, Lidiane Carneiro de Sousa, Lidiane da Silva Ferreira**)

PRESERVAÇÃO DE ACERVOS, MARMORIZAÇÃO DE PAPEL E INCLUSÃO SOCIAL, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Denise Molon Castanho, Luiza Segabinazzi Pacheco**)

DIAGNÓSTICO TÉCNICO E DIRETRIZES PARA REVITALIZAÇÃO DO ARQUIVO DA DIVISÃO DE ARQUIVO MÉDICO E ESTATÍSTICA (DAME) DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO LAURO WANDERLEI – UFPB, **JULIANNE TEIXEIRA E SILVA** (e co-autoria de **Dulce Amélia de Brito Neves**)

ASPECTOS GERAIS SOBRE PRESTAÇÃO DE CONTAS: TEMPORALIDADE DE DOCUMENTOS PÚBLICOS DE ARQUIVO VINCULADOS À APROVAÇÃO DE CONTAS, **DOMINGOS DA COSTA RODRIGUES** (e co-autoria de **Tânia Maria de Moura Pereira, Eliane Braga de Oliveira, Sérgio P. da Silva Coletto**)

A ELABORAÇÃO DO PLANO DE CLASSIFICAÇÃO PARA A SECRETARIA MUNICIPAL DE HABITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO URBANO – SMHADU: SUBSÍDIOS PARA A DEFINIÇÃO DE POLÍTICAS DE SISTEMAS DE ARQUIVO E GESTÃO DOCUMENTAL NO MUNICÍPIO DE RIO GRANDE, **GISLAINE PINTO KRAMER** (e co-autoria de **Giulia Machado Tavares, Jorge Alberto Soares Cruz, Rita de Cássia Portela da Silva**)

O PAPEL DO ARQUIVISTA NO PROCESSO DE DISSEMINAÇÃO DO CONHECIMENTO ARQUIVÍSTICO: A EXPERIÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MINAS GERAIS NO TREINAMENTO, CONSCIENTIZAÇÃO E ENSINO DE PRÁTICAS E POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS, **WELDER ANTONIO SILVA** (e co-autoria de **Wendell Lopes de Assis**)

O NUDOC COMO MEMÓRIA DO CINEMA PARAIBANO, **CAROLINA BARROS MADRUGA** (e co-autoria de **Aline Rouse Almeida da Silva**)

PRESERVAÇÃO E DIFUSÃO DO ACERVO HISTÓRICO DO CPDOC: DESAFIOS E PERSPECTIVAS, **DANIELE CHAVES AMADO** (e co-autoria de **Martina Spohr**)

GUIA DA COLEÇÃO “JORNAIS DO BRASIL: O ACERVO DE JORNAIS DO ARQUIVO CENTRAL E HISTÓRICO DA UFV” E INVENTÁRIO DA SÉRIE “JORNAIS DE ESQUERDA”, **EDUARDO LUIZ DOS SANTOS** (e co-autoria de **Sara Helena Amaral de Sousa**.)

POLÍTICAS DE ACESSO E PRESERVAÇÃO DE COLEÇÕES FOTOGRÁFICAS DE NEGATIVOS DE VIDRO: QUANDO O PATRIMÔNIO É UMA IMAGEM QUE QUEBRA!, **CRISTINA STROHSCHOEN** (e co-autoria de **Carlos Blaya Perez**)

A DIFUSÃO NO USO DOS DOCUMENTOS ELETRÔNICOS E A FUNÇÃO DO ARQUIVISTA NESSE NOVO CENÁRIO, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

INFORMAÇÃO ESTRATÉGICA EM REDE: A EXPERIÊNCIA NO DESENVOLVIMENTO DE SISTEMA DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO DIRECIONADA PARA TOMADA DE DECISÃO EM UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR, **KÁTIA SANTIAGO VENTURA** (e co-autoria de **Carlos Roberto do Nascimento Cavalcante**)

RELAÇÕES ENTRE OS REPOSITÓRIOS DIGITAIS E OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS, **ALEXANDRE FERNAL** (e co-autoria de **Fernando Luiz Vechiato**)

A PESQUISA E O RESPEITO AO PRINCÍPIO DA PROVENIÊNCIA NA ORGANIZAÇÃO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO MUSEU DE ARQUEOLOGIA E ETNOLOGIA (MAE) DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ (UFPR), **ÂNGELA CAROLINA DE CASTRO SIMÕES** (e co-autoria de **Aline Fernanda Lopes**)

ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO INTERMEDIÁRIO E PERMANENTE DO ARQUIVO GERAL DA UFBA, **NANCI MOREIRA DOS SANTOS** (e co-autoria de **Patrícia Reis**)

O “DISCURSO DE/SOBRE” A LEI Nº 12.527 EM DUAS MATERIALIDADES: A LEI E O JORNAL, **FERNANDA KIELING PEDRAZZI**

NORMATIVAS PARA DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS, **FERNANDO ALVES DA GAMA (e co-autoria de Ivone Gomes de Brito)**

O MARKETING COMO FERRAMENTA DE DIFUSÃO DAS ATIVIDADES ARQUIVÍSTICAS, **FERNANDA MARCELE SANTANA LAGE LINHARES (e co-autoria de Nídia Maria Lienert Lubisco)**

APLICAÇÃO DA ARQUITETURA DA INFORMAÇÃO, DA USABILIDADE E DA ACESSIBILIDADE EM WEB SITES DE ARQUIVOS, **FERNANDO LUIZ VECHIATO (e co-autoria de Vânia Jaqueline Domingues, Ana Maria da Silva Rebelo, Alexandre Fernal)**

UMA INVESTIGAÇÃO SOBRE A DISCIPLINA DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA OFERTADA NOS DIFERENTES CURSOS DE ARQUIVOLOGIA DO BRASIL., **TIELE PADILHA SILVEIRA (e co-autoria de Valéria Raquel Bertotti.)**

O DIAGNÓSTICO DE ARQUIVO COMO INSTRUMENTO METODOLÓGICO DO FAZER ARQUIVÍSTICO: RELATO DA EXPERIÊNCIA DE MONITORIA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS II NO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UEPB, **KETLEN OLIVEIRA ESTEVAM (e co-autoria de Maria José Cordeiro de Lima)**

ARQUIVOLOGIA: NOVAS TECNOLOGIAS E ANTIGOS DESAFIOS, **EVA CRISTINA LEITE DA SILVA (e co-autoria de Graziela Martins de Medeiros, Luciane Paula Vital)**

"METODOLOGIA PARA ANÁLISE, AVALIAÇÃO E REESTRUTURAÇÃO CURRICULAR DE CURSOS DE ARQUIVOLOGIA: A EXPERIÊNCIA DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA ESCOLA DE CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS" , **LEANDRO RIBEIRO NEGREIROS (e co-autoria de Welder Antônio Silva, Cíntia Aparecida Chagas Arreguy)**

SUBSÍDIOS PARA O ESTUDO DA HISTÓRIA DO DESENVOLVIMENTO DA CIÊNCIA E TECNOLOGIA NO BRASIL E NO MUNDO NO SÉCULO XIX: A ORGANIZAÇÃO E DISPONIBILIZAÇÃO DA COLEÇÃO DE IMPRESSOS DO ACERVO ARQUIVÍSTICO DO OBSERVATÓRIO NACIONAL, **EVERALDO PEREIRA FRADE (e co-autoria de José Benito Yárritu Abellás e Nínive Britez Biçakçi)**

PRESERVAÇÃO E ACESSO: RAZÕES E CAMINHOS DE UM PROCESSO DE DIGITALIZAÇÃO DE ACERVOS ARQUIVÍSTICOS: O CASO DO ARQUIVO DE HISTÓRIA DA CIÊNCIA DO MAST, **JOSÉ BENITO YÁRRITU ABELLÁS (e co-autoria de Everaldo Pereira Frade)**

O ACESSO A INFORMAÇÃO: MEDIDAS DE CONSERVAÇÃO E RESTAURO NO ESTADO DA PARAÍBA, **ISMAEL BATISTA DOS SANTOS SILVA**

A PRODUÇÃO E A CLASSIFICAÇÃO DE DOCUMENTOS NO SOFTWARE DE GESTÃO DOCUMENTAL NUXEO SOB A ÓTICA DA ARQUIVÍSTICA, **SERGIO RENATO LAMPERT (e co-autoria de Daniel Flores)**

OBJETOS VIRTUAIS INTERATIVOS NO ENSINO DE ARQUIVOLOGIA, **LUCIANA OLIVEIRA PENNA DOS SANTOS Luciana Souza de Britto, Rafael Augusto Penna dos Santos**

A SAÚDE NO BRASIL E OS ARQUIVOS MÉDICOS COMO INSTRUMENTO PARA EXERCÍCIO DA CIDADANIA, **RAONE SOMAVILLA**

DISCURSOS DE MEMÓRIA DO ASSOCIATIVISMO ARQUIVÍSTICO BRASILEIRO, **EVELYN GOYANNES DILL ORRICO (e co-autoria de Eliezer Pires da Silva)**

O USO DE TECNOLOGIAS PARA MAPEAMENTO DE INFORMAÇÕES ARQUIVÍSTICA, **BRUNO OLIVEIRA DA COSTA (e co-autoria de Elias de Oliveira)**

ARQUIVO DIGITAL ESCOLAR(ARQDESC) ARQUITETURA DE UM SISTEMA INFORMATIZADO PARA O ARQUIVO DA ESCOLA JOSÉ LINS DO RÊGO, **IRANY RODRIGUES BARBOSA (e co-autoria de Josemar Henrique de Melo)**

SISTEMA INTEGRADO DE ACESSO DO ARQUIVO PÚBLICO MINEIRO (SIA-APM): UMA EXPERIÊNCIA DE DIFUSÃO ON LINE, **RENATO PINTO VENANCIO**

A NECESSIDADE DE IMPLANTAÇÃO DE UMA POLÍTICA DE GESTÃO DE DOCUMENTOS NA FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS, **ANA LÚCIA DA SILVA DO CARMO**

ANÁLISE DO MÓDULO ARQUIVO DO SISTEMA PERGAMUM, **ANA PAULA ALVES SOARES**

PRESERVAÇÃO DIGITAL E SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO: O USO DA NORMA ISO/IEC 17799 – CÓDIGO DE PRÁTICA PARA GESTÃO DA SEGURANÇA DE INFORMAÇÕES NAS INSTITUIÇÕES DE SALVADOR DURANTE A REALIZAÇÃO DE PRESERVAÇÃO DIGITAL DE DOCUMENTOS ARQUIVÍSTICOS, **RAFAEL BOTELHO DORIA (e co-autoria de Sérgio Franklin Ribeiro da Silva)**

A APLICABILIDADE DO MARKETING NO ARQUIVO, **NELMA CAMÊLO DE ARAUJO (e co-autoria de Ana Paula Barbara)**

ARQUIVISTA: MANEJO DE ARQUIVOS E DE REGISTROS, **ELAYNE ORTOLAN ALTOÉ (e co-autoria de Taiguara Villela)**

O PAPEL DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO AMAZONAS (FAPEAM) PARA A ORGANIZAÇÃO E PRESERVAÇÃO DOS ARQUIVOS DOCUMENTAIS NO AMAZONAS, **RODOLFO ALMEIDA DE AZEVEDO (e co-autoria de Francisca Deusa Sena da Costa)**

A ONTOLOGIA DO CUIDADOR: ARTICULAÇÕES ENTRE AS COMPETÊNCIAS DO PROFISSIONAL MÉDICO E DO PROFISSIONAL ARQUIVÍSTICO., **MICHELLE CHAVES DE ARAÚJO (e co-autoria de Esmeralda Porfírio de Sales)**

O ARQUIVO DE LINA BO BARDI: REVISITANDO UMA EXPERIÊNCIA, **JOSÉ FRANCISCO GUELFY CAMPOS**

LEGISLAÇÃO SOBRE DOCUMENTOS DE PROCESSOS JURÍDICOS PARA DIGITALIZAÇÃO., **MARCELO FERNANDES RODRIGUES (e co-autoria de Diana Vilas Boas Souto)**

A CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO SOB O OLHAR DOS ALUNOS DO CURSO DE ARQUIVOLOGIA DA UFPB, **GENOVEVA BATISTA DO NASCIMENTO (e co-autoria de Ismael Batista dos Santos Silva, Katyuscia Sales de Assis)**

APLICABILIDADE DO GERENCIAMENTO ELETRÔNICO DE DOCUMENTOS: UM ESTUDO NA UFBA, **LUCINEIDE NASCIMENTO DE ALMEIDA DIAS (e co-autoria de Dulce Paradello)**

OS ARQUIVOS/REPOSITÓRIOS DIGITAIS COMO AMBIENTES DE LIVRE ACESSO À PRODUÇÃO DOCUMENTAL ACADÊMICA CIENTÍFICA, **GLEISE DA SILVA BRANDÃO (e co-autoria de Keyla Sousa Santos)**

ORGANIZAÇÃO E TRATAMENTO TÉCNICO DO ACERVO FOTOGRÁFICO DO PROJETO CINEMÓRIA – A HISTÓRIA DAS SALAS DE CINEMA DO ESPÍRITO SANTO (1907-2008), **ANDRÉ MALVERDES**

DOCUMENTAÇÃO AUDIOVISUAL: DESAFIOS E PERSPECTIVAS EM AMBIENTE DE ARQUIVO, **LUIZ ANTONIO SANTANA DA SILVA (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

SUBPROJETO FOTOGRAFIA NA LATA : CRIATIVIDADE COM PINHOLE E MARMORIZAÇÃO, **JANAINA VEDOIN LOPES (e co-autoria de Carlos Blaya Perez, Bruno Stock, Carla Saldanha da Silva, Letícia da Silva Fausto, Tamy Silva)**

DE 1999 A 2012- O PANORAMA DA CONSTRUÇÃO DE WEBSITES EM INSTITUIÇÕES DE ARQUIVO DE ACESSO PÚBLICO NO BRASIL, **LEANDRA NASCIMENTO FONSECA (e co-autoria de Fernanda Maria da Costa)**

A ORGANIZAÇÃO ARQUIVÍSTICA NOS ARQUIVOS PESSOAIS DE ESCRITORES BRASILEIROS: RELATO DO ARQUIVO CLARICE LISPECTOR, **MARCOS ULISSES CAVALHEIRO (e co-autoria de Sonia Maria Troitiño Rodriguez)**

ARQUIVOS UNIVERSITÁRIOS: O PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS E REDES DE COOPERAÇÃO ENTRE AS INSTITUIÇÕES FEDERAIS DE ENSINO SUPERIOR (IFES) DO BRASIL, **RENATO MOTTA RODRIGUES DA SILVA**

DESAFIOS DO PROFISSIONAL ARQUIVISTA: DA ESCOLHA NO VESTIBULAR AO MERCADO DE TRABALHO, **FERNANDA MARIA OLIVEIRA DA COSTA**

O MAPEAMENTO CULTURAL E A GESTÃO DA INFORMAÇÃO NO ESTADO DO PARÁ, **MARIA DO SOCORRO BAIA DOS SANTOS (e co-autoria de Terezinha Maria de Jesus da Conceição Lima)**

A GESTÃO DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA COMO SUPORTE PARA A TOMADA DE DECISÃO POLÍTICA NA ÁREA DE SEGURANÇA PÚBLICA: O COMBATE AO NARCOTRÁFICO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2006-2010), **BRUNO MACEDO NATHANSOHN**

ATORES ACADÊMICOS DA ARQUIVOLOGIA NO BRASIL, **ELIEZER PIRES DA SILVA (e co-autoria de Thais Tavares Martins e Natacha Silva Fonseca)**

O USO DAS TÉCNICAS ARQUIVÍSTICAS PARA O REGISTRO DAS LIÇÕES APRENDIDAS NO GERENCIAMENTO DE PROJETOS, **MILENA DE JESUS MELO**

POLÍTICAS DE PRESERVAÇÃO DIGITAL: ESTUDO DE CASO EM ESCRITÓRIO DE ADVOCACIA DE PORTO ALEGRE/RS, **VERA LÚCIA SANTOS DOS SANTOS**

FOTOGRAFIAS DE ROMEIROS COMO DOCUMENTO DE ARQUIVO, **ARILUCI GOES ELLIOTT (e co-autoria de Telma Campanha de Carvalho Madio)**

A RECUPERAÇÃO DA INFORMAÇÃO SOB A ÓTICA DOS USUÁRIOS: UM ESTUDO DE CASO DO USO DA BASE DE DADOS ACCESSUS, **RENAN MARINHO DE CASTRO**

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL, **AUGUSTO CÉSAR LUIZ BRITTO**

MIGRAÇÃO DE SUPORTE DE FITAS MAGNÉTICAS DE ÁUDIO CASSETE: UM ESTUDO PRELIMINAR DO TRIBUNAL REGIONAL DA 4ª REGIÃO – TRF4, **MAURO SÉRGIO DA ROSA AMARAL**

A UFSM NO PROJETO RONDON – CAMPUS AVANÇADO DE RORAIMA: DESCRIÇÃO E ACESSO AO PATRIMÔNIO DOCUMENTAL, **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES (e co-autoria de Daniel Flores)**

ARQUIVOS SETORIAIS: EXPANSÃO DAS POLÍTICAS ARQUIVÍSTICAS NA UFSM, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO** (e co-autoria de **Camila Poerschke Rodrigues, Cristina Strohschoen, Débora Flores, Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Rocha Retamoso, Neiva Pavezi, Rita Medianeira Ilha, Rosilaine Zoch Bello**)

ESPAÇOS INFORMACIONAIS VIRTUAIS: A DISPONIBILIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NA WEB, **MAIARA DE ARRUDA NASCIMENTO**

DOCUMENTAÇÃO SERGIPANA E AS NOVAS TIC'S: IMPACTOS E PRÁTICAS NO CONTEXTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE, NO ACERVO DE OBRAS RARAS DA BIBLIOTECA CENTRAL., **JOSEANE OLIVEIRA DA CRUZ** (e co-autoria de **Melânia Lima Santos, Ycaro Swuan Andrade Cor, Izabel Cristina da Silva Santos**)

ELABORAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA NO DEPARTAMENTO DE ARQUIVO GERAL (DAG/UFSM), **CAMILA POERSCHKE RODRIGUES** (e co-autoria de **Dione Calil Gomes, Franciele Simon Carpes, Livia Regina Rocha Retamoso, Maiara de Arruda Nascimento**)

O ACESSO E O SIGILO DOS DOCUMENTOS SEGUNDO A LEGISLAÇÃO ARQUIVÍSTICA BRASILEIRA., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

QUANDO UM E-MAIL É UM DOCUMENTO ARQUIVÍSTICO., **ISAAC NEWTON CESARINO DA NÓBREGA ALVES** (e co-autoria de **André Luiz Dias de França**)

O USO E "PÓS-USO" DA INFORMAÇÃO ORGÂNICA ARQUIVÍSTICA, **RODRIGO FORTES DE AVILA**

DESCRIÇÃO ARQUIVÍSTICA DE PROCESSOS JUDICIAIS, **TASSIARA JAQUELINE FANCK KICH**

POLÍTICAS DE GESTÃO DOCUMENTAL NA UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG: DO SONHO À REALIDADE, **TATIANE VEDOIN VIERO** (e co-autoria de **Andrea Gonçalves dos Santos, Karin Christine Schwarzbald**)

SISTEMA INFORMATIZADO DE GESTÃO ARQUIVÍSTICA DE DOCUMENTOS DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE MINAS GERAIS (SIGED/TJMG) EM FACE DOS REQUISITOS FUNCIONAIS DO E-ARQ BRASIL., **GISELI MILANI SANTIAGO BALBINO** (e co-autoria de **Leandro Ribeiro Negreiros**)

GESTÃO DE DOCUMENTOS NAS UNIDADES DE ARQUIVO E PROTOCOLO DA UNIRIO, **FABIANA DA COSTA FERRAZ PATUELI**

GERÊNCIA DE ARQUIVOS I : UMA RELAÇÃO TEÓRICA SOB A ÓTICA PRESENCIAL E VIRTUAL., **ROSANARA PACHECO URBANETTO** (e co-autoria de **Tatiana Costa Rosa**)

DIMENSÕES METACOGNITIVAS NO PROCESSO DE BUSCA DA INFORMAÇÃO ARQUIVÍSTICA, **DULCE AMELIA DE BRITO NEVES** (e co-autoria de **Dirlene Santos Barros**)

ARQUIVO E ESCOLA: A CONTRIBUIÇÃO DA INTERNET NA DIFUSÃO DAS PRÁTICAS EDUCATIVAS, **PRISCILA RIBEIRO GOMES** (e co-autoria de **Magno Vinicius da Silva Monteiro, Alinne Pereira da Costa**)

LEITURA DOCUMENTÁRIA E ESTUDOS PALEOGRÁFICOS: O OLHAR ARQUIVÍSTICO SOBRE A DOCUMENTAÇÃO MANUSCRITA ANTIGA PARAIBANA DOS ARQUIVOS PÚBLICOS DA CIDADE DE JOÃO PESSOA RELATIVA ÀS ELITES PROVINCIAIS (1824-1840) , **FRANCINETE FERNANDES DE SOUSA** (e co-autoria de **Roberto Jorge Chaves Araújo**)

Quando o acessável pode não ser acessível: Um estudo sobre o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL) à luz da Arquitetura da Informação

José Canuto Júnior¹
canuto.jrr@gmail.com

Henrique França²
franca.henrique@gmail.com

RESUMO

Com mais de 30 mil matérias legislativas, o Sistema de Apoio ao Processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL) é uma importante ferramenta de transparência pública e de divulgação de informações que interferem diretamente na trajetória da sociedade paraibana. Porém, apesar de totalmente disponível na web, a organização pouco intuitiva e distante da rotina de navegação na Internet pode tornar o conteúdo desse acervo digital subutilizado ou não aproveitado de maneira eficiente até mesmo por profissionais que lidam com a informação em rede. O presente trabalho analisa o grau de acessibilidade apresentado pelo SAPL à luz da Arquitetura da Informação, trazendo reflexões sobre o direito à informação pública e suas implicações legais, ressaltando o uso da Arquitetura da Informação como recurso para a organização da informação e construção do acesso eficaz na web. Para isso foram elaborados questionários online com base nos critérios de MORVILLE e ROSENFELD (2006), KRUG (2008) e NIELSEN (2000), aplicados junto a um público de 42 pesquisados. A observação direta assistemática foi utilizada para completar a coleta de dados e somar à análise final. Os resultados apontam pontos positivos e negativos do Sistema, ao passo em que fortalece a ideia de que nem sempre aquilo que pode ser acessado está em condições ideais de acessibilidade – acessibilidade essa que tem se tornado, cada vez mais, um imperativo legal para a sociedade brasileira.

Palavras-chave: Acesso à Informação, Arquitetura da Informação, Arquivos Digitais

INTRODUÇÃO

Acompanhando o desenvolvimento da sociedade, o acesso à informação evoluiu em diversos aspectos. Do ponto de vista da legislação, da tecnologia e do ponto de vista conceitual, passou-se a entender o acesso relacionado não só a um direito, como também a medidas materiais que permitam a sua efetividade. Com o progresso da tecnologia e o crescimento exponencial da internet, problemas organizacionais surgiram. Como cidades que crescem desordenadamente, o conteúdo da internet precisa

¹ Arquivista do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado da Paraíba - IFPB

² Professor do curso de Arquivologia na Universidade Estadual da Paraíba - UEPB

de intervenções para facilitar o seu fluxo e disponibilização nesse meio. A Arquitetura da Informação traz uma gama de ferramentas para auxiliar o profissional nessa tarefa.

Diante disso, esta pesquisa traz como objetivo a análise do acesso às informações – à luz da Arquitetura da Informação – no Sistema de Apoio ao processo Legislativo da Assembléia Legislativa do Estado da Paraíba (SAPL)³. Sistema este que tem como finalidade facilitar o trabalho do parlamentar e possibilitar ao cidadão o acesso online de todas as mais de 30 mil matérias legislativas inseridas no acervo do sistema. O amplo acesso a esses documentos possibilita a participação popular na discussão dessas normas, o que permite a diminuição da assimetria informacional entre os cidadãos e os autores das matérias legislativas.

Entendemos que o arquivista como profissional da informação deve estar sempre capacitado para trabalhar com as TICs⁴, criando medidas para enfrentar o desafio de disponibilizar conteúdos arquivísticos no ciberespaço. Através do uso da Arquitetura da Informação é possível esquematizar a informação simplificando o acesso em meio a tantos dados. Tornando não só o ambiente acessável como também acessível.

2 ACESSO À INFORMAÇÃO NA INTERNET

É notável o crescimento de informações na internet. Segundo Lopes (2004, p.2) “as novas tecnologias criaram novas possibilidades de consumo, novas e imensas fortunas pessoais e empresariais, abrindo-se novos mercados”. É possível encontrar desde um cidadão que gerencia seu blog pessoal, empresas que vendem seus produtos *online* e instituições governamentais que disponibilizam informações/dados públicos em seus *sites* e portais⁵. Isso possibilita o acesso sem fronteiras geográficas ou de horário de funcionamento. Com o desenvolvimento tecnológico, “onde a informação se encontra não é o mais importante e sim o acesso à informação” (JARDIM, 2001, p.11).

³ O referido sistema oferece um leque de ferramentas para acompanhamento, em tempo real, do Processo Legislativo pelos parlamentares e pela população. Podendo ser acessado no Endereço: <<http://201.73.83.244:8080/sapl/>>

⁴ Tecnologias da Informação e Comunicação.

⁵ O professor de *webwriting* Bruno Rodrigues (2005) traz em seu site (<http://webinsider.uol.com.br>), as principais diferenças entre Site e Portal. Segundo ele, o *site* tem como objetivo central organizar a informação em seu espaço, de modo que estruture uma hierarquia onde todo o conteúdo seja entendido e acessado com facilidade. A diferença do *site* para o portal é que este tem 100% do foco no seu público, além de criar conteúdos específicos para eles, os chamados “conteúdos verticais”. No portal, existem ferramentas que constroem um real relacionamento entre quem produz e quem faz uso da informação.

CORRELAÇÃO ENTRE OS PRINCÍPIOS ARQUIVÍSTICOS E OS ANSEIOS DA HISTORIOGRAFIA NA ORGANIZAÇÃO DOCUMENTAL¹

Augusto César Luiz Britto²

RESUMO

A história investiga as rupturas e permanências dos níveis de realidade em diferentes espaços e tempos mediante vestígios para compreender os fatos do passado e sua repercussão no presente. Os documentos de arquivo são a fonte primordial para as pesquisas históricas, já que um documento arquivístico é produto das atividades desenvolvidas por uma pessoa ou entidade, ou seja, dos objetos da história. As informações contidas nos documentos são o elo do historiador com o seu objeto de pesquisa, para revelar, corroborar ou refutar dados ou hipóteses de seu trabalho. Independentemente de qual escola histórica que um historiador seguir, se ele necessita de documentos de arquivos para responder questionamentos de uma pesquisa sobre determinado objeto, sua pesquisa será influenciada pela política arquivística presente ou não no acervo em que está realizando a sua investigação. Nesta perspectiva a organização de diversificados fundos documentais é vista pelos profissionais da história como determinante tanto da agilidade do processo de recuperação informacional quanto da quantificação dos documentos que terão acesso para responder as indagações de suas pesquisas. A lógica historiográfica, principalmente com a introdução da escola dos annales, pressupõe uma organização, numa primeira leitura, que não condiz com a literatura arquivística desencadeando um debate entre as duas áreas. Este trabalho tem como intuito discutir sobre organização documental de fundos entre a arquivística e a historiografia e uma busca de síntese que atenda tanto os pressupostos teóricos daquela e a necessidade do historiador enquanto usuário de arquivo.

Palavras-chave: Arranjo documental. Historiografia. Acesso documental.

INTRODUÇÃO

Os arquivos contemporâneos têm como essência a constituição de serem espaços destinados a preservar e proporcionar a acessibilidade dos documentos. A constituição de um arquivo tem como respaldo a ciência arquivística, que dita normas, técnicas e métodos, que, conseqüentemente, influenciam nas pesquisas em geral. O Dicionário DBTA (2005) define arquivologia (arquivística) como a

Disciplina que estuda as funções do arquivo e os princípios e técnicas a serem observados na produção, organização, guarda, preservação e utilização dos arquivos (DBTA, 2005, p. 36).

¹ Artigo apresentado ao V Congresso Nacional de Arquivologia em Salvador, outubro de 2012.

² Professor Universitário do Curso de Arquivologia da Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Bacharel em Arquivologia pela Universidade Federal de Santa Maria – UFSM e Licenciado em História pelo Centro Universitário Franciscano – UNIFRA. Contato: augusto_britto@yahoo.com

Ou seja, cada função a ser desempenhada na documentação de arquivo está fundamentada em teorias e princípios específicos da área de documentação e que a caracterizam como ciência.

Mundet (1994) ao falar sobre a História dos arquivos divide a arquivística em dois grandes períodos: o período pré-arquivístico, correspondente a falta de pressupostos teóricos e a submissão a outras ciências e o período de desenvolvimento arquivístico, já com a teoria e o tratamento documental fundamentados e consolidados. O autor baseia-se no surgimento do primeiro princípio da ciência arquivística enunciado pelo francês Natalis de Wailly, em 1841, para fazer essa divisão³. O surgimento da arquivística como ciência, portanto, é recente comparado com outras ciências.

A arquivística consolida-se cada vez mais, segundo Richter; Garcia; Penna (2004), como área de conhecimento e como profissão, pois ela encontra-se em definição, por seus profissionais e teóricos, a sua teoria, metodologia, prática e a terminologia própria. Desta forma a arquivística deixa de ser uma ciência submissa a outras, ganhando cada vez mais características de ciência independente.

A acessibilidade, sendo uma das características dos arquivos contemporâneos e a forma como se processa essa acessibilidade ditada pela arquivologia, acaba influenciando outras áreas de atuação que necessitam dos documentos de arquivos para os diferentes fins. Um exemplo é a historiografia, inclusive até em suas teorias e métodos de trabalho, pois a historiografia para se fazer presente depende de fontes/vestígios para ser efetuada.

A historiografia é o que se chama de “escrita da história”. É a forma pela qual eu obtenho dados históricos e a exponho, lembrando que o historiador sofre interferência da sua carga cultural na forma de pensar e de fazer a história. Aróstegui ao falar sobre a construção historiográfica, diferencia método histórico do método historiográfico:

Às vezes, as próprias práticas metodológicas se encontram mal descritas. Assim, a que se chama “método histórico” tem pouco a ver com o verdadeiro método histórico ou “método historiográfico”. O método histórico é o que é empregado pela historiografia e não se reduz, obviamente, à reconstrução dos antecedentes de um determinado problema. Estudar, portanto, o desenvolvimento temporal de uma determinada variável social, ou as mudanças de um fenômeno social total, na linguagem de Gurvitch, ou leva, através de procedimentos mais complexos, a uma verdadeira reconstrução historiográfica, ou é simplesmente uma sequenciação temporal, não um “método histórico”. (ARÓSTEGUI, 2006, p. 449).

³ Princípio básico da arquivologia segundo o qual o arquivo produzido por uma entidade coletiva, pessoa ou família não deve ser misturado aos de outras entidades produtoras. Também chamado princípio do respeito aos fundos. (DBTA, 2005, p. 135).

Os documentos consultados por um historiador na realização de sua pesquisa estão custodiados em um arquivo classificado como permanente. Essa classificação segue a teoria das três idades⁴ dos arquivos como apontam Richter; Garcia; Penna.

A teoria das três idades dos arquivos é a sistematização do ciclo vital dos documentos de arquivo [...] c) Arquivos Permanentes (terceira idade): formados por documentos que deixaram de ter valor previsível para a administração que os produziu, preservados em caráter definitivo, em função do seu valor histórico (servir à pesquisa) (RICHTER; GARCIA; PENNA, 2005, p. 62).

No conceito das autoras sobre arquivo permanente, percebe-se que os documentos que nele se encontram são oriundos de outros tipos de arquivo, já que são considerados de terceira idade e seguem uma sequência determinada que a arquivística chama de ciclo vital dos documentos. Belloto (2006) lembra que esse ciclo vital de documentos conceitua as diferentes fases que um documento passa dentro de um arquivo, aos quais levam em conta a sua função, valor e, principalmente, sua vigência.

O historiador é o profissional que faz a escrita da história, entre outras funções, muitas vezes utilizando-se de documentos do arquivo permanente. Como qualquer cientista, o historiador não é neutro, pois ele é produto do seu tempo, sendo portador de uma carga cultural e social que define a sua linha teórica e metodológica que adota para fazer a escrita da história. Dessa maneira, diferentes historiadores diante do mesmo conjunto documental de um acervo arquivístico poderão escrever sobre um determinado tema de forma diversa.

Independentemente de qual escola histórica que um historiador seguir, se ele necessita de documentos de arquivos para responder questionamentos de uma pesquisa sobre determinado objeto, sua investigação será influenciada pela política arquivística presente ou não no acervo em que está realizando a mesma. A política de acesso, a sistemática organizacional, a avaliação documental, a difusão de documentos e a forma de preservação são umas das questões arquivísticas que afetam a historiografia.

A História para se fazer presente e estar em constante renovação, necessita da realização de pesquisas. A historiografia prescinde de diversas fontes em suas pesquisas para comprovar o que será exposto. Os documentos de arquivo são a fonte primordial para as pesquisas históricas, já que um documento arquivístico é produto das atividades desenvolvidas por uma pessoa ou entidade, ou seja, dos objetos da história.

⁴ “Segundo a qual os arquivos são considerados arquivos correntes, intermediários ou permanentes, de acordo com a frequência de uso por suas entidades produtoras e a identificação de seus valores primário e secundário” (DBTA, 2005, p. 160).

As informações contidas nos documentos são o elo do historiador com o seu objeto de pesquisa, para revelar, corroborar ou refutar dados ou hipóteses de seu trabalho. É, portanto, de mister importância a existência de acervos arquivísticos para se fazer ativa a historiografia sobre os diferentes temas.

DESENVOLVIMENTO

Os arquivos permanentes, por sua finalidade, são os custodiadores de documentos utilizados para a realização das pesquisas historiográficas, já que retêm informações de grande relevância sociocultural que em tese estão disponibilizados a sociedade ao qual esses arquivos se inserem. Dessa maneira várias questões relacionadas aos arquivos permanentes influenciarão na qualidade das pesquisas historiográficas, entre as quais, a organização (arranjo somado a ordenação), descrição, conservação e difusão.

O ato de organizar os documentos é de interesse mister dos historiadores, pois “o como” estarão dispostos os mesmos repercutirá na recuperação das informações desejadas, no tempo em que os documentos estarão acessíveis e a sua quantidade para a realização da pesquisa direcionando o olhar do historiador. A devida sistematização da documentação é um dever do arquivista, inerente ao seu trabalho imediato, devendo sempre procurar o melhor método de propiciar o acesso aos diferentes tipos de usuários do arquivo.

O anseio dos historiadores é o de ter um acervo organizado da melhor maneira que atenda as suas necessidades. O advento da “nova história” como corrente historiográfica fez com que a forma “ideal” de se organizar um arquivo viesse a se contrapor com os princípios básicos de organização ditados pela arquivística.

Anteriormente, a historiografia tradicional privilegiava os acontecimentos que abordavam personagens “notáveis” como heróis militares e chefes de Estado. As pesquisas históricas eram focadas nos fatos políticos destacados desprezando os demais assuntos, esses tratados como sem história.

O surgimento de novos historiadores, principalmente os franceses, e a publicação da Revista dos Annales por estes em 1929 traz consigo uma mudança de paradigma na historiografia. Burke (1992) comenta que a Escola dos Annales com a Nova História objetivava a fuga da história estritamente política típica da historiografia tradicional a um novo tipo de escrita da história. O principal legado do novo grupo de historiadores foi o de dar voz a grupos sociais renegados pela história tradicional, assim como de outros objetos de

estudo passíveis de conter história, ampliando o campo historiográfico. Surge assim, por exemplo, a história das prostitutas, da ciência, dos pobres ou qualquer outro segmento anteriormente renegadas por serem consideradas sem importância.

Santos (2003) corrobora com a idéia de que os objetos da História estão aumentando. Para fazer a História desses novos objetos deve se procurar os locais (e seus arquivos) os quais se podem realizar a historiografia:

Ora, aceitando-se que os objetos da História são o homem e sua atividade, aquilo que o homem faz na sua prática social, é simples a conclusão de que, em qualquer localidade, ainda que pequena, onde houver uma Prefeitura, uma Igreja, uma Delegacia, uma Escola aí estará a História Social disponível ao historiador, porque, em suma, a História é social. Ela diz respeito à atividade social do homem, às ações revestidas de projeção social, que possuem um sentido social e, é claro, estão compreendidas na sua temporalidade (SANTOS, 2003, p. 35)

Em relação às fontes historiográficas o autor ainda lembra que para a História Tradicional os vestígios vinham dos registros oficiais emanados pelo governo e conservados em arquivos. Já para a Nova História qualquer fonte que indique a presença humana é importante (escrita, visual ou oral). Os documentos de arquivos não são deixados de lado, pelo contrário, ocorre uma valorização ao reconhecer a importância dos documentos de diferentes procedências, não apenas mais oficiais, e principalmente por visualizar que qualquer tipologia documental pode passar alguma informação acarretando na busca por qualquer registro que possa ser utilizado como fonte da história. Neste último aspecto Castro relata bem sobre a nova relação do historiador com as diferentes tipologias documentais:

A chamada “História Nova” francesa, por exemplo, passou a valorizar registros até então relegados a um segundo plano – documentos seriados que possuíam uma importância meramente administrativa ou comprobatória (como prontuários de hospitais ou livros-caixa), diários e agendas pessoais correspondência familiar etc. (CASTRO, 2008, p.22)

Dentro deste contexto de novos objetos da história, a organização ideal para um historiador que estuda a história afro-brasileira, por exemplo, é que existisse um fundo específico no acervo do arquivo permanente onde contivesse documentos relativo a afrodescendente. Da mesma maneira um historiador que pesquisa a história das mulheres teria como um fundo ideal aquele que reunisse documentos relativos a mulheres ou ainda o historiador que pesquisasse a história dos homossexuais um fundo deste tema. Os arquivos não mais necessariamente precisariam refletir as atividades do Estado ou de grandes

personalidades, apenas os acervos estariam limitados aos seus espaços geográficos e temporais.

Os motivos dessa forma de organização aspirada pelos historiadores são simples de compreensão, pois num fundo temático estariam concentrados documentos relativos ao seu objeto de pesquisa traduzindo-se em uma gama maior de informações que responderão suas indagações num espaço de tempo menor.

A arquivística em seu primeiro princípio (o da proveniência) define que todos os documentos devem ser agrupados juntos com outros produzidos da mesma instituição, não devendo misturar com o de outras, surgindo assim os fundos documentais. Os acervos organizados por arquivistas, portanto, estão agrupados por empresas, instituições, organizações, biografias, dependendo sempre de quem produziu os documentos. Este princípio em sua prática vem em desencontro com os postulados almejados pelos historiadores da nova história.

Os arquivos centrais de caráter permanente reúnem documentos de variadas procedências o qual segundo o princípio da proveniência não deverão ser misturados. Um historiador com um tema específico, dependendo da sua limitação temática e de seus objetivos, terá que procurar em diversos fundos documentais que complementam o seu estudo.

No caso de um acervo com documentos de valor secundário⁵ de uma única entidade, o Arquivista ao organizar os documentos mediante método que atende os historiadores estará em desacordo com a sua literatura, pois afetará alguns elementos que dão significados aos arquivos, como a organicidade e a unicidade, mesmo não afetando o princípio da proveniência. Os arquivos centrais, mesmo adotando o princípio da proveniência, ao organizar internamente cada fundo por esse método em questão também afetará os elementos citados acima.

Os documentos, à medida que são produzidos, têm uma relação de dependência tanto com os outros documentos já presentes no acervo como pela função pela qual fora produzida ou interesse da instituição produtora, e que se forem separados por assuntos, ficarão dissociados afetando a característica orgânica de um documento. Fonseca apud Rodinelli caracterizam organicidade como:

⁵ Valor atribuído a um documento em função do interesse que possa ter para a produtora e outros usuários, tendo em vista a sua utilidade para fins diferentes daqueles para os quais foi originalmente produzido (DBTA, 2005, p. 172).

Inter – relacionamento: os documentos estabelecem relações no decorrer do andamento das transações para as quais foram criados; eles estão ligados por um elo que é criado no momento em que são produzidos ou recebidos, que é determinado pela razão de sua criação e que é necessário à sua própria existência, à sua capacidade de cumprir seu objetivo, ao seu significado e à sua autenticidade; registros arquivísticos são um conjunto indivisível de relações. (FONSECA ,1998, 36 apud RONDINELLI, 2005, p. 48).

A organicidade dos arquivos é essencial para entender o motivo pelo qual o documento foi produzido. É mediante a organicidade documental que é possível, ao se comparar documentos diversos, compreender a relação dos diferentes agentes sociais pesquisados com o contexto o qual as informações documentais são transmitidas.

A obtenção de um fundo temático como sugerem os historiadores, só é possível quando a organicidade é ferida, pois ao se unir documentos de um mesmo assunto esses serão deslocados de sua ordem natural de produção. Teremos, portanto, uma reunião de documentos que em seu conjunto não reflete a entidade produtora e tornando a percepção de como as informações se interlançam confusas.

Se um arquivista for arranjar a documentação pensando nos possíveis temas a serem pesquisados, gerará problemas tanto de organização como para a própria pesquisa. O documento por si só pode ter mais de um assunto ficando o arquivista com o dever de decidir qual assunto priorizar, sendo que a escolha por determinado tema acarreta na formação de lacunas dos outros descartados. É a subjetividade presente durante a idealização do arranjo de documentos apontado por Mundet (1994) quando este descarta a aplicação do sistema por assunto, pois um conteúdo pode ser percebido de forma diferente por distintos arquivistas e que esse método carece de estabilidade.

Um objeto específico da história não terá uma única perspectiva de pesquisa. O índio como temática histórica pode, por exemplo, ser pesquisado por época, espaço, relação com o Estado, processo de aculturação, envolvimento em conflitos, entre outras delimitações. A organização temática por sua natureza não garante que abarcará toda a dimensão de variedades dos sub - assuntos que poderá o historiador depreender devido a sua delimitação temática e objetivos de pesquisas. Castro comenta que a própria reorganização de um acervo responde aos diversos e novos significados que um tema pode adquirir dado ao ato de conservar um conjunto documental contido neste:

Os critérios adotados podem, também, variar ao longo do tempo. Muitas vezes, os documentos de uma pessoa ou instituição são reorganizados em função de novos significados que sua preservação ou sua arrumação assumem. A simples “reclassificação” de um documento guardado numa pasta para outra consiste numa

operação de avaliação de relevâncias, de seleção e de produção da memória (CASTRO, 2008, p. 31).

A organização por assunto ainda prejudica outro elemento que caracteriza e que proporciona a significação de arquivos: a unicidade. Richter; Garcia; Penna a define como:

- unicidade (no conjunto): cada documento assume um lugar único na estrutura documental do conjunto (indissolúvel) ao qual pertence. – organicidade (no relacionamento com os outros documentos): pela interdependência entre os documentos e suas relações com o contexto de produção (RICHTER; GARCIA; PENNA, p. 59, 2004).

O arquivo que arranjar a documentação por temáticas históricas fará com que os documentos percam sua característica de ser único, pois dependendo da forma que está sendo estruturado o acervo, terão que surgir duplicatas para sanar as lacunas surgidas, além do mesmo estar fora da ordem natural de produção.

Lodolini corrobora com a idéia da impossibilidade de se constituir arquivos através de temáticas:

No es posible, por tanto, constituir artificialmente un archivo, como a veces se pretende hacer sin tener en cuenta la contradicción en los términos. Cuando se usan expresiones como “archivo de La literatura” o “archivo de La arquitectura” se designan en realidad selecciones temáticas y, como tales, no reconducibles al concepto de “archivo” (LODOLINI, 1984, p. 25)⁶.

A aplicação da organização baseada na literatura arquivística confere a diversificados acervos uma padronização de métodos que sendo de domínio do historiador torna a sua pesquisa mais confortável, já que estará familiarizado com a maneira em que são dispostos os documentos.

O historiador, mesmo conhecendo os métodos de organização arquivísticos, deverá ficar atento que a organização dos documentos produzidos pelas atividades fins de cada entidade poderá não ser análoga, pois essas atividades fins produzem documentos diferentes para cada atividade em questão, diferindo dos documentos das atividades meio que se assemelham de entidade para entidade.

A organização arquivística visa proporcionar tanto uma estrutura lógica a localização de cada peça documental quanto à recuperação informacional em sua forma otimizada. É

⁶ Não é possível, por tanto, constituir artificialmente um arquivo, como as vezes se pretender fazer sem ter em conta a contradição nos termos. Quando se usam expressões como “arquivo da literatura” ou “arquivo da arquitetura” se designam na realidade seleções temáticas e, como tais, não reconduzindo ao conceito de “arquivo” (tradução nossa).

mediante a organização que se estabelecerá como estarão dispostos os documentos entre eles, em seu acondicionamento e o conjunto de documentos no acervo como um todo. Os documentos de arquivos estarão organizados após a aplicação de duas atividades, a saber: classificação/arranjo e a ordenação.

A classificação e o arranjo tem o mesmo objetivo: separar em grupos menores os documentos de um conjunto. A classificação é aplicada aos arquivos correntes enquanto o arranjo aos arquivos de terceira idade. A diferenciação dos termos se dá porque os documentos que compõe o arquivo permanente sofreram percas de peças documentais em seu conjunto devido ao processo de avaliação documental precisando, portanto, de um “rearranjo” dos documentos, originando assim a denominação arranjo. Já a classificação arrola todos os documentos produzidos e que ainda estão sendo utilizado pelo motivo pelo qual foram gerados. Gonçalves faz essa diferenciação sem se aprofundar na questão:

no meio arquivístico brasileiro, foi consagrada a distinção entre “classificação” e “arranjo”. De acordo com tal distinção, a “classificação” corresponderia às operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter corrente, a partir da análise das funções e atividades do organismo produtor de arquivos. Por seu turno, o “arranjo” englobaria as operações técnicas destinadas a organizar a documentação de caráter permanente (GONÇALVES, 1998 p.11).

O arranjo se procederá mediante um dos três métodos consolidados pela arquivística. O método funcional é o mais aceito pelos autores da área por melhor atender os princípios arquivísticos e por sua flexibilidade diante de mudanças bruscas na entidade produtora de documentos orgânicos. Este método consiste na premissa de que os documentos são produzidos para atender uma finalidade e essa finalidade espelha as atividades da entidade que os gerou como um todo. O segundo método, o estrutural, é baseado, como o próprio nome diz, na estrutura administrativa da entidade produtora de documentos. Instituições que modifica constantemente de organograma não deve adotar esse método para não comprometer a recuperação informacional de todo o acervo.

O terceiro método, por assunto, é o que se assemelha com a necessidade da historiografia, estando ela prevista na literatura, mas também bastante rechaçada pela maioria dos autores. Gonçalves (1998), por exemplo, afirma que à classificação por assunto, deveria ser evitada no âmbito dos arquivos, pois o termo assunto gera muitas confusões, podendo ser confundido com a função e que o mesmo se refere mais propriamente ao conteúdo escrito do documento.

O arranjo como dito acima acarretará na divisão do conjunto em grupo menores de documentos (grupos⁷, subgrupos, séries⁸ e subséries). As tipologias contidas nos conjuntos menores gerados pela divisão terão um elemento em comum baseado nos métodos de arranjo (função, estrutura ou assunto). Dentro de cada conjunto de tipos documentais semelhantes será necessário a união destes pelos “métodos de arquivamento” consistindo na ordenação. Existem vários métodos de arquivamento (alfabético, numérico, geográfico, variandex, entre outros) o qual cada tipologia recorrerá. Com a finalização do arranjo documental e da ordenação dos conjuntos significativos de documentos a organização estará finalizada.

O historiador interessado pelos documentos de arquivo é que deve se adequar com a forma em que está arranjada à documentação e não o arquivo se ajustar aos diferentes interesses dos diversos historiadores. O Arquivista pode e deve se basear na demanda de seus usuários, principalmente o historiador, e buscar alternativas que facilitem o trabalho destes, como a elaboração de instrumentos de pesquisas adequados ou convênios com outras instituições arquivística com documentação semelhante para troca de informações. Dessa maneira será propiciado ao historiador o conhecimento de onde buscar as fontes de seu determinado tema, aprofundando a sua pesquisa, mas sempre dentro dos princípios arquivísticos de organização.

O entendimento dos princípios norteadores dos arquivos e a sua estruturação se faz de suma importância no trabalho de um historiador de documentos arquivístico como relata Lopez:

Entretanto, a interferência direta do historiador no seio das disciplinas das “Ciências da Informação” (arquivologia/arquivística, biblioteconomia, documentação, informática e museologia) não pode ser feita sem o conhecimento dos princípios norteadores de cada disciplina, cuja existência independe das atividades do historiador. No caso dos arquivos, a questão se torna complexa, já que o historiador é o “consumidor-modelo” dos arquivos permanentes; o que não significa que estes existam exclusivamente em sua função. A matéria-prima do trabalho do historiador são os documentos, porém organizados de acordo com suas especificidades técnicas e teóricas, não de acordo com a “vontade” (isto é, a facilidade de uso) desse pesquisador (LOPEZ, 1999, p.29)

A impressão obtida é que alguns historiadores, por serem os “consumidores modelo”, como Lopez argumenta, acreditam que o arquivo os pertence, ou pelo menos deveria servir

⁷ Num plano de classificação ou código de classificação, a subdivisão da subclasse. (DBTA, 2005, 101).

⁸ Subdivisão do quadro de arranjo que corresponde a uma seqüência de documentos relativos a uma mesma função, atividade, tipo documental ou assunto. (DBTA, 2005, 153).

segundo interesse único para história, esquecendo que existe uma gama de usuários diversificados que utilizam os arquivos permanentes para a realização de suas pesquisas.

O diálogo deve preponderar na relação profissional entre arquivistas e historiadores. O Arquivista ao organizar um arquivo permanente necessita, além de compreender os objetivos e atividades da entidade produtora, conhecer o histórico da mesma e o seu contexto social. O historiador é quem poderá contribuir com elementos que facilitarão na compreensão do contexto histórico em questão, principalmente nos casos dos arquivos pessoais.

O historiador ainda pode contribuir na escolha de quais fundos devem ser organizados primeiro. Os arquivos centrais de caráter permanente contém vários fundos documentais e que na grande maioria dos arquivos Brasileiros não se encontram ainda organizados. Dependendo da importância de cada conjunto ou de quais assuntos estão sendo pesquisado no momento, o historiador apontará quais os fundos prioritários para receber um tratamento arquivístico, como a organização e posterior descrição, com o intuito de disponibilizar as informações para a consulta externa. Não podemos esquecer também que para uma instituição ou organização existem prioridades do que se deve organizar visando atender seus interesses imediatos o que pode contrariar os interesses dos historiadores de quais fundos estes desejem estar devidamente organizados e acessíveis.

É mediante o diálogo com o arquivista que os historiadores poderão conseguir com que certos anseios seus sejam atendidos, pois Lopez (1999) também aponta que os documentos estão postos à disposição do historiador através do legado de uma política instituída, de determinado modo de arquivar, selecionar e de dispor as informações. Ou seja, a seleção das fontes de pesquisa feita pelo historiador é posterior a do arquivista e dele depende diretamente para se ter o acesso.

As ajudas de um historiador numa organização documental devem vir para compreender os agentes sociais e o contexto histórico da sociedade em questão que fazem parte do conteúdo informacional do acervo sob sua custódia, para que assim o Arquivista entenda a produção documental deste respectivo acervo e não para atender o desejo isolado de organização de um historiador.

O historiador, portanto, deve visualizar e respeitar os limites tanto de sua atuação como de que forma ele pode contribuir positivamente com o arquivista. Silva (2008) diz que o profissional da História deve cada vez mais se preocupar em se preparar para atuar em diferentes espaços:

No entanto, a presença de historiadores, licenciados e bacharéis, nas instituições de memória é inegável, crescente e, o quanto me parece, muito maior do que a reflexão a respeito do seu papel ou de seu preparo para a atuação nesse campo. Isso exige um esforço maior do profissional e resultam às vezes em sucesso, outras numa prática equivocada, ou numa combinação de ambos (SILVA, 2008, p. 171).

É justamente essa prática equivocada que os dois profissionais devem evitar, devendo preponderar o diálogo entre ambos. Um precisa necessariamente do outro, mas nenhum deve ocupar ou interferir em seu trabalho, salvo em caso de contribuição benéfica para ambas as áreas.

O historiador prescinde dos documentos de arquivo para realizar sua pesquisa e conseqüentemente dar sequência, renovação ou refutação a historiografia então em vigência. A grande questão para os historiadores é saber utilizar de melhor forma a documentação no sentido de buscar o máximo de elementos possíveis que estão contidos em cada peça documental. O “saber dialogar” com os documentos é o grande desafio a ser encarado por um historiador num arquivo permanente. A qualidade do historiador aparecerá na forma pelo qual ele utiliza as novas metodologias de pesquisa histórica e sua visão crítica sobre os elementos presentes e omissos (implícitos) nos documentos e as possíveis respostas do problema de seu objeto de estudo.

O ideal é que o historiador, além de buscar os documentos de arquivos, dependendo do seu objeto de estudo, busque outras fontes para não ficar atrelado apenas aos documentos arquivísticos. A concepção de quais são documentos passíveis de utilização para historiografia extrapola o documento “tradicional” em suporte papel como os documentos arqueológicos, história oral, literatura, audiovisuais, entre outros.

Diante do exposto qual a solução para contemplar os anseios dos historiadores em suas pesquisas e a literatura arquivística já que ambas não chegam a um denominador comum?

A função arquivística que aproxima o historiador dos conjuntos documentais e suas informações é a descrição arquivística que tem como resultado final os instrumentos de pesquisa. Sobre Descrição Documental, Miller a define como:

La descripción archivística es, fundamentalmente, el proceso de comunicar la información documental a los usuarios. Por ser un término general que comprende un número de actividades afines, la descripción archivística incluye generalmente la información generada o recogida sobre los documentos y sus creadores; la organización y el control de esa información, tanto intelectual como administrativamente y el acceso a la misma dentro y fuera del repositorio (MILLER, 1994, p. 119).

Somente a descrição arquivística, de acordo com Lopes (2002), garante a compreensão ampla do conteúdo de um acervo, possibilitando tanto o conhecimento como a localização dos documentos que o integram.

Belloto (2006), ao falar sobre descrição documental, afirma ainda que todos os elementos ligados às informações de interesse do historiador, como datas-baliza e conteúdo, é que serão objetos do trabalho descritivo do arquivista. A descrição documental terá como produto final um instrumento de pesquisa que fornecerá informações sobre os fundos, os grupos, as séries e/ou os itens documentais, além do próprio funcionamento do arquivo e sua política de acesso aos documentos.

Para a mesma autora, os instrumentos de pesquisa unem a indagação do pesquisador com as fontes que o aproximam do seu objeto de pesquisa, pois eles são

vitais para o processo historiográfico. Escolhido um tema e aventadas as hipóteses de trabalho, o historiador passa ao como e ao onde. Diante de um sem-número de fontes utilizáveis, a primeira providência, pela própria essência do método histórico, é a localização dos testemunhos (BELLOTTO, 2006, p. 174)

Os instrumentos de pesquisa são a forma pela qual o arquivista vai disponibilizar quais informações estão contidas no acervo sob sua custódia para os historiadores/pesquisadores. Santos salienta que, em relação à história, os instrumentos de pesquisa são de suma importância, pois são eles que permitirão, dentro das possibilidades de buscas em um arquivo, o conhecimento de conteúdos documentais

descritos, por definições e/ou conceitos, esses instrumentos de pesquisa são de enorme importância para o processo investigatório, a partir da conjectura de trabalho do historiador, na utilização das fontes de arquivo, no sentido da consulta, ato pelo qual o historiador terá condições para conhecer ou examinar um documento em seu conteúdo, de valor informativo por permitir conhecer pessoas, fatos e coisas tarefa do historiador (SANTOS, 2003, p. 50)

Santos (2003) lembra ainda que muitos arquivos não têm instrumentos de pesquisa, dificultando a pesquisa historiográfica, contrariando o que foi constatado e exposto acima, responsabilizando as instituições custodiadoras de arquivos e não a formação acadêmica dos profissionais:

O historiador se depara, muitas vezes, com a própria desorganização dos arquivos ou dos instrumentos de arquivo para a pesquisa (guias, catálogos, inventários e índices) inexistentes à disponibilidade do pesquisador. O que não pode ser, no entanto, negado é a sua sistematização, parte da formação acadêmica do profissional

arquivista, pois uma coisa é a disponibilização, de caráter institucional do poder público e outra, é a capacidade organizativa do profissional devido às universidades (SANTOS, 2003, p. 118).

É evidente que, para realizar uma pesquisa histórica com profundidade, não se pode basear-se apenas nos instrumentos de pesquisa deve-se ter o contacto direto com os documentos. Esse nem é o propósito dos instrumentos de pesquisa, o intuito deles é de apenas de ser um facilitador para o pesquisador em questões de localização e assunto em que o direciona. O resultado das pesquisas de historiadores que utilizam de todos os meios possíveis de se manejar uma fonte acaba indicando a qualidade do profissional de História enquanto pesquisador.

Independentemente de qual instrumento de pesquisa a ser produzido dentro de um arquivo permanente, a assessoria do historiador ajudará a entender o período, temas, agentes sociais ou entidades a serem descritas. O historiador indica quais temas são de maior relevância e significação para o público usuário de arquivo e a comunidade que é abrangida pelo acervo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A historiografia se faz através de diferentes tipos de fontes que dão subsídios para a sua renovação, refutação ou confirmação de estudos anteriormente feitos e universalmente aceitos. Os documentos de arquivos são para historiografia a fonte primordial, são os que dão a maior gama de informações objetivas, até mesmo aqueles que não correspondem com a verdade dos fatos, dependendo mais da habilidade do historiador e de seus métodos.

O entendimento de teorias e métodos das funções arquivísticas que influenciam diretamente a historiografia qualifica tanto o historiador como o produto final de suas pesquisas. A História cada vez mais com a corrente teórica chamada “nova história” exige do historiador o conhecimento e domínio de seus métodos perante um acervo arquivístico. Ao mesmo tempo em que esta abre um leque de objetos de pesquisa para a História concomitantemente com uma gama de tipos de fontes (História oral, áudio-visual, literário, arqueológico), exige-se dos historiadores que farão pesquisa em sua fonte tradicional, os documentos de arquivo, um preparo e responsabilidade científica maior para que seus trabalhos possam ser considerados válidos.

Para o Arquivista, a organização documental é mais que uma função sua, é uma obrigação. É uma das primeiras atividades a se realizar dentro de um arquivo, é o grande diferencial de se ter o arquivista dentro de uma instituição custodiadora de documentos. Não cabe aos Arquivistas julgar importante se deve organizar ou não, e sim prestar atenção em pontos que podem melhorar ou testar a funcionalidade desta organização. A contribuição do historiador pode ser fundamental para que a recuperação informacional se dê de forma eficaz atendendo os interesses dos diversos usuários do arquivo em questão.

O conhecimento dos três métodos arquivísticos permite ao historiador compreender a organização documental de qualquer arquivo e assim obter os subsídios que darão respaldo a sua pesquisa. A atenção ficará focada com os documentos das atividades fins da entidade produtora, pois é nesse conjunto que aparecem tipologias diversificadas de uma entidade para outra e que podem, visando a recuperação informacional adequada, recorrer a outro método de arquivamento resultando numa organização diferente.

É inteligível a visão dos historiadores de que a organização de um arquivo deve ser realizada por temáticas em consonância os objetos de estudo historiográficos. Cabe a este profissional entender que o mesmo não é o único tipo de usuário de arquivo e que o Arquivista deve atender o maior número de pesquisadores possível.

A própria historiografia muda no decorrer do tempo e novos objetos surgem enquanto outros deixam de estar em voga. O Arquivista não tem como prever quais serão os objetos de pesquisa historiográficos a longo prazo. Um arquivo que troca sua organização com o decorrer do tempo fará com que os documentos percam os elementos significativos que caracterizam os arquivos desmerecendo a instituição custodiadora a credibilidade no tratamento documental.

O método arquivístico de arranjo por assunto apesar de estar presente na literatura e ser um método utilizado por várias instituições não atende por completo o processo de recuperação informacional devido a subjetividade de quem arranja e a variedade de assunto que um único documento pode ter. Existem outros dois métodos de arranjo que dispensa essa forma de organização cuja aplicação é defendida pela a maioria dos autores arquivísticos.

Cabe ao historiador conhecer, dentro dos limites de atuação de cada profissional, a arquivística para poder não apenas utiliza-se dos arquivos como reivindicar ações dos Arquivistas que o beneficie. A descrição arquivística é de suma importância para a historiografia ao passo que essa tem como resultado de sua aplicação os instrumentos de pesquisa que funcionam como ferramentas de trabalho historiográfico. O historiador deve

saber não apenas o que é a descrição como saber a finalidade de cada instrumento de pesquisa consolidado pela arquivística.

É mediante diálogo entre as áreas que se evita falso debates tão comum entre a arquivística e a historiografia. Ambas prescindem uma da outra e se beneficiarão na construção do conhecimento tanto no tratamento técnico dos documentos quanto na obtenção de fontes de pesquisa.

REFERÊNCIAS:

- ARQUIVO NACIONAL. **Dicionário de Terminologia Arquivística**. Rio de Janeiro, 2005.
- ARÓSTEGUI, Júlio. **A pesquisa histórica: teoria e método**. Bauru: EDUSC, 2006.
- BELLOTTO, Heloísa. **Arquivos Permanentes: tratamento documental**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.
- BURKE, Peter. **A escola dos Annales: A revolução Francesa da historiografia**. São Paulo: EDUSP, 1992.
- CASTRO, Celso. **Pesquisando em Arquivos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.
- GONÇALVES, Janice. **Como classificar e ordenar documentos de arquivos**. São Paulo: Arquivo do Estado, 1998.
- LODOLINI, Elio. **Archivística. Principios y problemas**. Milano: Colección manuales 1984.
- LOPEZ, André. **Tipologia documental de partido e associações políticas Brasileiras**. São Paulo: Loyola, 1999.
- MILLER, Frederic; **Ordenación y descripción de archivos y manuscritos**. Washington: The Society of American Archivists, 1994.
- MUNDET, José. **Manual de archivística**. Madrid: FGSR, 1994.
- RICHTER, Eneida; GARCIA, Olga; PENNA, Elenita. **Introdução à arquivologia**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2004;
- SANTOS, Joél. **O acesso à documentação dos arquivos públicos como razão e contra-razão de Estado e a produção do conhecimento histórico-social no Mercosul**. Santa Maria: UFSM, 2003. Dissertação (Mestrado em Integração Latino-Americana) Centro de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Federal de Santa Maria, 2003.

Silva, Haike. **Historiadores e acervos:** Uma relação “de fato”, mas não “de direito”. *História em revista*. Pelotas: UFPEL (8): 171.182, dezembro de 2008.